



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
DOUTORAMENTO EM DIREITO

THAYANA BOSI OLIVEIRA RIBEIRO

**ESTADO DE DIREITO ECOLÓGICO E GOVERNANÇA JUDICIAL ECOLÓGICA
NO ANTROPOCENO: estudo à luz das ordens constitucionais e judiciais na atualidade**

São Luís

2025

THAYANA BOSI OLIVEIRA RIBEIRO

**ESTADO DE DIREITO ECOLÓGICO E GOVERNANÇA JUDICIAL ECOLÓGICA
NO ANTROPOCENO: estudo à luz das ordens constitucionais e judiciais na atualidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas como requisito parcial para obtenção do título de Doutora no âmbito do convênio de cotutela celebrado entre a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade de Coimbra.

Orientador: Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela (UFMA).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Alexandra de Sousa Aragão (UC).

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro, Thayana Bosi Oliveira.

Estado de Direito Ecológico e governança judicial ecológica no Antropoceno : estudo à luz das ordens constitucionais e judiciais na atualidade / Thayana Bosi Oliveira Ribeiro. - 2025.

283 f.

Orientador(a): Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela / Maria Alexandra de Sousa Aragão.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Antropoceno. 2. Estado de Direito Ecológico. 3. Governança Judicial Ecológica. I. Maria Alexandra de Sousa Aragão, Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela. II. Título.

THAYANA BOSI OLIVEIRA RIBEIRO

**ESTADO DE DIREITO ECOLÓGICO E GOVERNANÇA JUDICIAL ECOLÓGICA
NO ANTROPOCENO: estudo à luz das ordens constitucionais e judiciais na atualidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas como requisito parcial para obtenção do título de Doutora no âmbito do convênio de cotutela entre a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade de Coimbra.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra de Sousa Aragão (Orientadora)
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC)

Prof. Dr. Arnaldo Vieira Sousa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Lorena Lima Moura Varão
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof^a. Dr^a. Lucía Muñoz Benito
Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IJUC)

A Nelo Bosi Ribeiro.
Te amo muito papai.
Para sempre.
Também para minha vó Maria e meu vô José.

AGRADECIMENTOS

Chegado o momento de agradecer a todos que contribuíram com a conclusão da tese e durante todo o doutoramento de forma profissional ou pessoal. Agradeço inicialmente a Deus, que me protege em sua infinita misericórdia e bondade. Também a todos os santos e anjos, em especial aos portugueses com os quais me apeguei: Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Nazaré e Rainha Santa Isabel.

Agradeço à minha família por tudo, em nome de duas pessoas muito especiais para mim: meu pai, Nelo Bosi Ribeiro, e meu marido, Ricardo Vinhaes Maluf Cavalcante. Aproveito para fazer menção aos nossos pets, que alegram a casa: Batman, Logan, Charlie, Filomena, Caramelo, Gatinha sem orelha, Gatinho branco, Caramelinha, Pintadinha e Flash.

Agradeço aos amigos, aos que moram perto e aos que moram longe, e que sempre estarão no meu coração: Nonnato Masson, Suziane Marinho, Elinson Marinho, Heitor Marinho, Patrícia Matsuo, Franciso Bombillar, Belén Burgos, Thiago Moreira, Giorgia e Júlio. Aos amigos do Grupo Alpha Adultos da igreja de São José, em Coimbra: Nelson, Joana, Felipe, Grazie, Cinthya, João, Ivete, Victor, Fátima e Luciene. Aos amigos dos tempos da escola.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra de Sousa Aragão, por ter aceitado me orientar e por, nesse projeto, não ter soltado a minha mão. Agradeço pela disponibilidade, pelas reuniões, pela indicação e compartilhamento de materiais, pela recomendação de eventos científicos, pela oportunidade de participar como oradora do II Internacional Research Talks, do Debate Colaborativo no Instituto Jurídico da FDUC e da Mesa Redonda “Os rios portugueses em 1977, agora, e no futuro”, bem como pela paciência e compreensão em relação aos entraves pessoais e burocráticos. Agradeço por sua imensa generosidade, sentida não apenas por mim, mas por todos os seus demais orientandos. Muito obrigada Professora!

Agradeço ao Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela por ter aceitado me orientar e por também não ter soltado a minha mão durante as adversidades vividas no doutorado. Agradeço pela disponibilidade, pelas reuniões, pela indicação e compartilhamento de materiais, pela paciência, por todas as palavras de apoio e incentivo, e pelas oportunidades criadas, como a de realizar estágio docência na disciplina de direito ambiental do curso de graduação em direito na UFMA, a de coorientar dois alunos nos seus trabalhos de conclusão de curso e a de coordenar um Grupo de Trabalho no Ciclo de Debates do GPDNES. Muito obrigada Professor!

Agradeço ao Prof. Dr. Guillermo Johnson e à Prof^ª. Dr^ª. Lorena Varão pela leitura atenta e contribuições à tese na banca de qualificação. Ao Prof. Dr. Guillermo, em especial, ainda pelas conversas que tivemos nos corredores do PPGPP, pelo compartilhamento de uma pasta digital contendo vasto material sobre temas que envolvem a América Latina, e pela oportunidade de ser ouvinte das palestras realizadas pelo Observatório Democrático das Américas. E à Prof^ª. Dr^ª. Lorena Varão, ainda por todo carinho, apoio e encorajamento.

Agradeço novamente à Prof^ª. Dr^ª. Lorena Lima Moura Varão, e também ao Prof. Dr. Arnaldo Vieira Sousa e à Prof^ª. Dr^ª. Lucía Muñoz Benito por aceitarem fazer parte da banca examinadora na defesa da tese, pela leitura atenta e por todos os apontamentos e sugestões que certamente enriqueceram a pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no nome do Reitor da UFMA, Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva; ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP), no nome da Prof^ª. Dr^ª. Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, da Prof^ª. Dr^ª. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima e da Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Sousa de Araújo; à Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização (AGEUFMA), no nome da Prof^ª. Dr^ª. Flávia Raquel Fernandes do Nascimento, pelo auxílio na realização do sonho de fazer doutorado e em regime de cotutela com a Universidade de Coimbra, e à Diretoria de Internacionalização da UFMA vinculada à AGEUFMA.

Ainda quanto ao PPGPP agradeço aos servidores da secretaria, Edson e Ana, por todo o auxílio com as matrículas, dúvidas respondidas e trabalhos recebidos, e especialmente ao Diego Campos, por todo o auxílio na fase final do doutorado, nos tramites de defesa e após-defesa da tese. Agradeço também aos servidores da biblioteca, em especial ao Dr. Carlos Wellington Soares Martins, que, amavelmente, sanou minhas dúvidas sobre questões de normatização e de formatação da tese. Agradeço, ademais, ao Júlio do serviço de impressão e cópias.

Agradeço à Universidade de Coimbra (UC), à Faculdade de Direito (FDUC), ao Serviço de Gestão Académica (SGA), e à Divisão de Relações Internacionais (DRI), no nome da Vice-Reitora da UC, Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria Pinto Albuquerque, do Prof. Dr. Jorge Manuel Coutinho de Abreu, e da Dr^ª. Filipa Morão Machado, que me acompanharam durante a tramitação e assinatura do acordo de cotutela.

Ainda quanto à UC, agradeço de maneira especial à Paula Matos, bibliotecária da Sala dos Institutos, da FDUC, pelo acolhimento. A dedicação de Paula aos estudantes de doutoramento e ao bom funcionamento da Sala dos Institutos vai muito além do auxílio com a

pesquisa. Paula me indicava os lugares mais quentes da sala nos quais eu poderia sentar durante o inverno. Quando havia muito barulho no corredor pedia silêncio aos que passavam, para que não atrapalhassem a concentração dos pesquisadores, entre outros pequenos gestos que demonstravam o seu zelo e que fizeram da Sala dos Institutos da FDUC um espaço sem igual.

Agradeço à Eugênia Simões, do Student Hub, que sempre me recebeu muito bem. Eugênia tinha empatia por todos os estudantes, preocupando-se principalmente com os mais vulneráveis, perguntando se estávamos bem e se precisávamos de algo. Ao João Monteiro e ao Craveiro, das Cantinas da UC, que trabalhavam com muita alegria e descontração servindo os pratos no almoço ou confirmando o pagamento. À Marta, bibliotecária do Rómulo – Centro de Ciência da Universidade de Coimbra, também pelo auxílio e acolhimento.

Agradeço, ainda, ao Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros, do PPGPP/UFMA, pela oportunidade de participar do Projeto “Construção Coletiva de Protocolos de Consulta e Planos de Proteção Territorial em Comunidades Quilombolas e Tradicionais em Situação de Ameaça no Estado do Maranhão”, que se originou de uma parceria entre o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a UFMA. Em especial, agradeço à Prof^a. Dr^a. Antônia da Silva Mota, coordenadora do projeto no quilombo de Munim-Mirim em Axixá/MA, pela valiosa experiência e pelos conhecimentos que adquiri ao longo do trabalho de campo. Agradeço, ainda, ao quilombo de Munim-Mirim, que, por meio do contato estabelecido pela Prof^a Dr^a Antônia da Silva Mota, aceitou participar do Projeto, e nos recebeu e partilhou vivências e saberes.

Agradeço ao Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto, meu orientador no Mestrado em Direito na UFMA, por todos os ensinamentos, inclusive os que transpassam o âmbito profissional. Sempre lhe serei grata.

Agradeço, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pela bolsa de doutorado concedida. E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida para a realização do período de cotutela na UC.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo geral investigar se, em meio ao Antropoceno, vêm sendo desenvolvidos novos mecanismos, interpretações e posicionamentos jurídicos que auxiliam no “aterrar”, conforme expressa Latour (2020a), ou no “despertar”, nas palavras de Krenak (2019), do direito, atinente às condições dos seres humanos como parte da natureza e em busca de um Planeta habitável por todos. A investigação teve foco na análise sobre a construção do Estado de Direito Ecológico e da governança judicial ecológica a partir do estudo das ordens constitucionais e judiciais na atualidade. Aprofundou-se, especificamente, no contexto do Brasil e da Colômbia. O primeiro país é a realidade na qual se insere a pesquisadora e o segundo tem sido identificado como uma importante referência, sobretudo na América Latina e Caribe, fonte de decisões judiciais inovadoras, com teorias e ferramentas direcionadas à concretização de direitos e políticas públicas e à proteção de componentes da natureza como sujeitos autônomos. Os objetivos específicos da tese foram formulados da seguinte maneira: a) compreender a era do Antropoceno, suas causas e suas consequências, ressaltando a necessidade de serem desenvolvidos novos mecanismos, interpretações e posicionamentos jurídicos; b) analisar a construção do Estado de Direito Ecológico, propondo seus principais elementos, e a construção da governança judicial ecológica, formulando um conceito; c) investigar as contribuições do Sul Global para o direito ecológico no Antropoceno, com ênfase no reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, buscando identificar, especialmente, as posturas adotadas na Colômbia e no Brasil nesse panorama; d) analisar se está sendo construído um Estado de Direito Ecológico e uma governança judicial ecológica na Colômbia, a partir do estudo da Constituição da Colômbia de 1991, das novas interpretações do direito constitucional ambiental, e da sentença 4360 da Corte Suprema de Justiça da Colômbia; e) analisar se está sendo construído um Estado de Direito Ecológico e uma governança judicial ecológica no Brasil, a partir do estudo da Constituição do Brasil de 1988, das novas interpretações do direito constitucional ambiental, do acórdão e do voto da ministra Cármen Lúcia na ADPF nº 760 do Supremo Tribunal Federal. Ressalta-se que cada objetivo específico correspondeu a um capítulo da tese. Faz-se a observação de que não se desenvolve um estudo comparado entre a Colômbia e o Brasil, que possuem realidades sócio-históricas e jurídicas próprias. Não se pretendeu apontar quais desses países possui instrumentos normativos ou decisões judiciais mais avançadas. Tampouco se teve a intenção de propor a transferência de uma solução, aplicada em um país, para outro. Teve-se a pretensão, sim, de compreender qual o estado da arte do direito ambiental na Colômbia e no Brasil no Antropoceno, se está sendo edificado um Estado de Direito Ecológico e uma governança judicial ecológica e se busca aterrar/despertar. Não se ignora durante a pesquisa, entretanto, os pontos de influências, convergências e diálogos entre as duas ordens constitucionais e judiciais. Explica-se, ademais, que a construção da problematização e do objeto de pesquisa, bem como a execução da investigação e a escrita da tese, foi um trabalho de grande fôlego, desenvolvido durante as atividades do doutorado (Bourdieu, 2020). A abordagem metodológica utilizada foi a dedutiva e as técnicas de pesquisa foram a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Enfatiza-se, por fim, que essa é uma temática nova, que está sendo desenvolvida contemporaneamente, e que se almejou, dessa forma, contribuir de modo crítico com o debate, apresentando formulação de tese sobre os elementos que devem estar presentes no Estado de Direito Ecológico e sobre o conceito da governança judicial ecológica no Antropoceno, entendendo, especialmente, as posturas que vêm sendo adotadas a partir da Constituição no Poder Judiciário da Colômbia e do Brasil.

Palavras-chave: Antropoceno; Estado de Direito Ecológico; Governança judicial ecológica.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to investigate whether, in the midst of the Anthropocene, new mechanisms, interpretations, and legal positions have been developed that help to “land”, as expressed by Latour (2020a), or in the “awakening”, in the words of Krenak (2019), of the law, related to the conditions of human beings as part of nature and in search of a Planet habitable for all. The investigation focuses on the analysis of the construction of the Ecological Rule of Law and the ecological judicial governance based on the study of current constitutional and judicial orders. The thesis specifically explores the context of Brazil and Colombia. The first country is the reality in which the researcher is inserted, and the second has been identified as an important reference, especially in Latin America and the Caribbean, source of innovative judicial decisions, with theories and tools aimed to realize rights and public policies and to protect nature components as autonomous subjects. The specific objectives of the thesis were formulated as follows: a) to understand the Anthropocene era, its causes and consequences, highlighting the need to develop new mechanisms, interpretations, and legal positions; b) to analyze the construction of the Ecological Rule of Law, proposing its main elements, and the construction of the ecological judicial governance, formulating a concept; c) to investigate the contributions of the Global South to ecological law in the Anthropocene, with an emphasis on the recognition of nature as a subject of rights, seeking to identify, especially, the positions adopted in Colombia and Brazil in this context; d) to analyze whether an Ecological Rule of Law and an ecological judicial governance are being constructed in Colombia, based on the study of the 1991 Colombian Constitution, the new interpretations of environmental constitutional law, and the sentence 4360 of the Supreme Court of Justice of Colombia; e) to analyze whether an Ecological Rule of Law and an ecological judicial governance are being constructed in Brazil, based on the study of the 1988 Brazilian Constitution, the new interpretations of environmental constitutional law, the judgment and vote of Justice Cármen Lúcia in ADPF n° 760 of the Federal Supreme Court. It is noteworthy that each specific objective corresponded to a chapter of the thesis. It is noted that it is not developed a comparative study between Colombia and Brazil, which have their own socio-historical and legal realities. It is also not intended to indicate which of these countries have more advanced normative instruments or judicial decisions. Nor it is intended to propose the transfer of a solution applied in one country to another. The intention is, rather, to understand the state of the art of environmental law in Colombia and Brazil in the Anthropocene, whether an Ecological Rule of Law and an ecological judicial governance are being constructed and if it aims to land/awaken. Without, however, disregarding the points of influence, convergence and dialogue between the two constitutional and judicial orders. Furthermore, it is explained that the construction of the problematization and the research object, as well as the execution of the investigation and the writing of the thesis, was a long-term work, developed during the doctoral activities (Bourdieu, 2020a). This thesis adopted a deductive methodology and the research techniques employed were documentary and bibliographic research. Finally, it is emphasized that this is a new theme, which is being developed contemporaneously, and that the intention was to contribute critically to the debate, with the formulation of a thesis on the elements that must be present in the Ecological Rule of Law and about the concept of ecological judicial governance in the Anthropocene, understanding, especially, the positions that have been adopted based on the Constitution in the Judiciary of Colombia and Brazil.

Keywords: Anthropocene; Ecological Rule of Law; Ecological judicial governance.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es investigar si, en medio del Antropoceno, se han desarrollado nuevos mecanismos, interpretaciones y posturas jurídicas que contribuyan en el “aterrizar”, como lo expresa Latour (2020a), o en el “despertar”, en palabras de Krenak (2019), del derecho, con relación a las condiciones de los seres humanos como parte de la naturaleza y en la búsqueda de un planeta habitable para todos. La investigación se centró en el análisis de la construcción del Estado de Derecho Ecológico y de la gobernanza judicial ecológica a partir del estudio de los ordenamientos constitucionales y judiciales en la actualidad. La tesis profundiza, específicamente, en el contexto de Brasil y Colombia. El primer país es la realidad en la que se encuentra la investigadora, y el segundo ha sido identificado como una referencia importante, especialmente en América Latina y el Caribe, fuente de decisiones judiciales innovadoras, con teorías y herramientas orientadas a la realización de derechos y políticas públicas y a la protección de la naturaleza como sujeto autónomo. Los objetivos específicos de la tesis fueron formulados de la siguiente manera: a) comprender la era del Antropoceno, sus causas y consecuencias, resaltando la necesidad de que se desarrollen nuevos mecanismos, interpretaciones y posicionamientos jurídicos; b) analizar la construcción del Estado Ecológico de Derecho, proponiendo sus principales elementos, y la construcción de la gobernanza judicial ecológica, formulando un concepto; c) investigar los aportes del Sur Global al derecho en el Antropoceno, con énfasis en el reconocimiento de la naturaleza como sujeto de derechos; d) analizar si en Colombia se está construyendo un Estado Ecológico de Derecho y una gobernanza judicial ecológica, a partir del estudio de la Constitución de Colombia de 1991, de las nuevas interpretaciones del derecho constitucional ambiental y de la sentencia 4360 de la Corte Suprema de Justicia de Colombia; e) analizar si se está construyendo un Estado de Derecho Ecológico y una gobernanza judicial ecológica en Brasil, a partir del estudio de la Constitución brasileña de 1988, de las nuevas interpretaciones del derecho constitucional ambiental y de la decisión y del voto de la Ministra Cármen Lúcia en la ADPF nº 760 del STF. Cada objetivo específico correspondió a un capítulo de la tesis. No se desarrolla un estudio comparado entre Colombia y Brasil que poseen realidades sociohistóricas y jurídicas propias. No se pretendió indicar cuál de estos países cuenta con instrumentos normativos o decisiones judiciales más avanzados. Tampoco se tuvo la intención de proponer la transferencia de una solución, aplicada en un país, a otro. La pretensión es, en efecto, comprender el estado del arte del derecho ambiental en Colombia y Brasil en el Antropoceno, si se está construyendo un Estado de Derecho Ecológico y una gobernanza judicial ecológica y si se busca aterrizar/despertar. Sin ignorar en la investigación, no obstante, los puntos de influencias, convergencias y diálogos entre los dos órdenes constitucionales y judiciales. La construcción de la problematización y del objeto de investigación, así como la ejecución de la investigación y la redacción de la tesis, fue un trabajo de largo plazo, desarrollado durante las actividades doctorales (Bourdieu, 2020a). El abordaje metodológico utilizado fue el deductivo y las técnicas de investigación fueron la investigación documental y la investigación bibliográfica. Finalmente, se enfatiza que este es un tema nuevo, que está siendo desarrollado contemporáneamente, y que la intención fue de contribuir críticamente con el debate, presentando formulación de tesis sobre los elementos que deben estar presentes en el Estado de Derecho Ecológico y sobre el concepto de gobernanza judicial ecológica en el Antropoceno, entendiendo, especialmente, las posturas que son adoptadas a partir de la Constitución en el Poder Judicial de Colombia y Brasil.

Palabras clave: Antropoceno; Estado de derecho ecológico; Gobernanza judicial ecológica.